

Nos anos de instabilidade que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, milhares de obras de arte desapareceram de museus, igrejas, hotéis, gabinetes públicos e colecções particulares portuguesas, atravessando fronteiras numa vertigem de esvaziamento até hoje por estudar e, em grande medida, mantida em segredo. Para a série Portugal em Fuga, vencedora da I Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian, Vanessa Rato encontrou o rasto de sete obras e das narrativas, às vezes desesperadas, que ditaram os seus destinos — o retrato de um país em mudança.

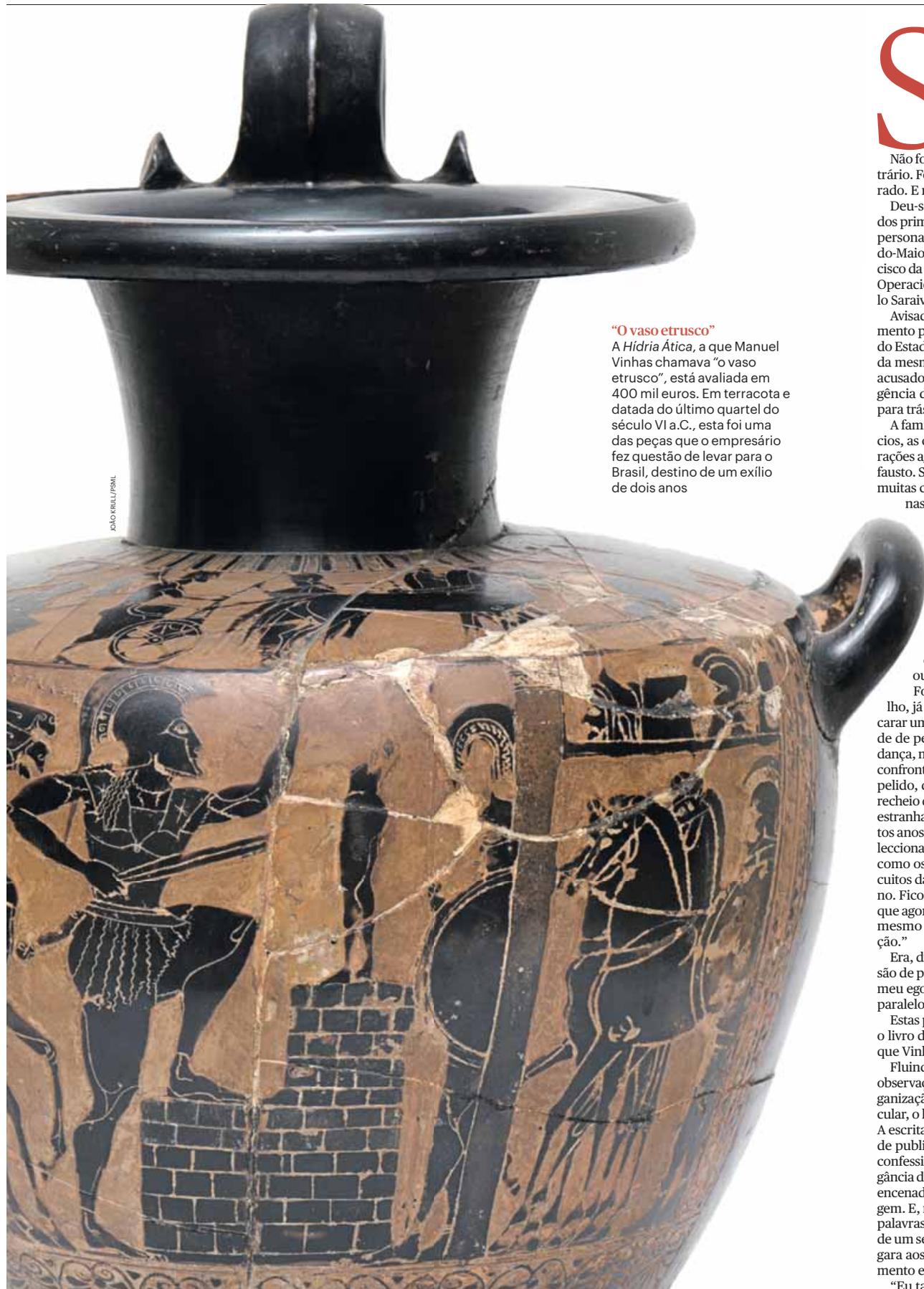
O caso da Colecção Vinhas

Travessia para o Brasil e regresso

Série Portugal em fuga (IV) Foi um exilado renitente, incrédulo face à perseguição da mesma esquerda à qual antes da Revolução era acusado de pertencer. Manuel Vinhas, um dos grandes industriais do Estado Novo, foi também um dos grandes mecenas das artes portuguesas. Depois veio Abril. Resignou-se a observar o país à distância. Nesse período, a sua colecção desmembrou-se: uma parte ficou escondida num sótão; outra foi vendida; e outra ainda seguiu-o em caixotes, por mar, até Itapuã. Depois voltou

Por **Vanessa Rato**





KAO IRELL/PSAL

“O vaso etrusco”

A *Hidria Ática*, a que Manuel Vinhas chamava “o vaso etrusco”, está avaliada em 400 mil euros. Em terracota e datada do último quartel do século VI a.C., esta foi uma das peças que o empresário fez questão de levar para o Brasil, destino de um exílio de dois anos

Sábado, 26 de Abril de 1975 – um ano e um dia passados sobre a Revolução. Por então, Manuel Vinhas estava há sete meses afastado de Portugal, da mulher, dos oito filhos e do irmão mais novo, Mário, de quem se tornara tutor aos 18 anos, ao ficarem órfãos.

Não foi um afastamento planeado. Pelo contrário. Foi, na verdade, genuinamente inesperado. E renitente.

Deu-se na sequência do 28 de Setembro e dos primeiros mandados de captura a grandes personalidades entregues pelo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Francisco da Costa Gomes, ao Copcon, o Comando Operacional do Continente, liderado por Otelo Saraiva de Carvalho.

Avisado por um funcionário leal, de um momento para o outro, o industrial mais vigiado do Estado Novo deu por si, incrédulo, na mira da mesma esquerda à qual antes de Abril era acusado de pertencer. Viu-se então na contingência da escolha: ser preso ou deixar tudo para trás.

A família, as empresas, as fábricas, os negócios, as casas, as propriedades rurais e explorações agrícolas. Uma vida inteira. Cheia. E de fausto. Sabendo que uma vida assim é feita de muitas coisas: pessoas, animais, lugares, rotinas, cheiros, cores, sabores, temperaturas, ideias, emoções. Uma vida assim inclui os afectos, propriamente ditos, mas também os testemunhos materiais desses afectos, por sua vez espoletadores de novos afectos. “Fazem-me falta os livros que li e encadernei; são frias as paredes sem os quadros de amorosamente comprei. Que não sejam destruídos; que possam ser úteis e amados por outros”, escreveu naquele 26 de Abril.

Foi em Paris. Meses depois, a 22 de Julho, já em São Paulo, ver-se-ia forçado a encarnar uma face menos benevolente da realidade de perda com que, naqueles anos de mudança, muitas fortunas portuguesas se veriam confrontadas: “Trato da venda, a que sou compelido, de algumas peças que pertençam ao recheio da nossa moradia. [...] É uma sensação estranha ter de vender, depois de durante tantos anos ter sido apaixonado comprador eleccionador [...]. Enfim, as raras e belas peças, como os homens, seguem os inexoráveis circuitos da vida; umas e outros cumprem destino. Fico desejando que o comprador daquilo que agora sou forçado a vender possa sentir o mesmo prazer que tive aquando da aquisição.”

Era, dizia ele, “sem revolta”: “Aceito a inversão de posições e enriqueço-me, corrigindo o meu egoísmo, ao pensar que já beneficiei em paralelo de dificuldades alheias.”

Estas palavras surgem em *Profissão Exilado*, o livro de tom intimista e estrutura diarística que Vinhas publicaria em 1976.

Fluindo entre trechos de carácter poético e observações sobre o mundo, em geral, e a reorganização da sociedade portuguesa, em particular, o livro perfila-se como caderno pessoal. A escrita, porém, teve desde o início intenção de publicação. Seria assim de presumir uma confessionalidade apenas aparente, uma elegância de gestos e delicadeza de espírito talvez encenadas à medida da projecção de uma imagem. E, no entanto, foram aquelas mesmas as palavras dirigidas à família na altura da venda de um serviço Companhia das Índias que chegara aos Vinhas completo, sem qualquer elemento em falta.

“Eu também tive oportunidade de o →

comprar porque outras pessoas precisaram de vender. Neste momento, calhou-me a mim”, terá explicado sem azedume.

Uma pequena molheira de um bom Companhia das Índias poderá ascender hoje aos 30 mil euros. Vinhas vendeu um serviço completo.

Antes da venda, o conjunto estava exposto na sala de jantar da casa de família do Estoril. A casa onde, no fim de Setembro de 1974, os oito filhos Vinhas receberam sozinhos a brigada destacada para prender o pai.

Incrédulo

Era madrugada. Civis e militares bloquearam a rua e inundaram o relvado do jardim, tudo mergulhado na sensação de irrealdade e exagero de um filme extravagante.

Ao entrar, de pistolas e metralhadora G3 em riste, os homens passaram pelo nicho, no hall, onde se expunha uma das peças de afecto do industrial: a hídria ática a que ele chamava “o vaso etrusco”.

Hoje avaliada em cerca de 400 mil euros, em breve essa peça atravessaria o Atlântico rumo ao Brasil juntamente com várias outras, entre as quais, um auto-retrato de Almada Negreiros e uma rara e valiosa colecção de cem pratos brasonados dos séculos XVII e XVIII tirados dos escaparates da Herdade do Zambujal no momento da ocupação.

Manuel Carvalho Brito das Vinhas tinha nesta altura 55 anos. Três gerações de fortuna para trás quando, aos 18, herdara a gestão da cervejeira Portugália e negócios associados.

Estava na universidade. Face à morte do pai, ficara com a mãe, a avó e o irmão menor subitamente a cargo. Estava em História. Muitas vezes não conseguia ir às aulas – uma amiga levava-lhe os apontamentos. Conseguiu formar-se. Em pouco tempo, inventar-se-ia também como fundador de um império à escala do mundo lusófono: a Sagres, em Portugal; a Cuca, em Angola; a Laurentina, em Moçambique; a Skol, no Brasil. Isso e as explorações de agro-pecuária, as apostas nos transportes, na indústria vidreira, na banca, no imobiliário, na comunicação social.

Ao chegar a Revolução, Vinhas era um dos homens mais bem-sucedidos e empreendedores do Estado Novo. Um dos mais ricos, cultos e cosmopolitas. Era, também, um dos mais vigiados, consequência, sobretudo, da escrita e publicação, em 1962, de *Para Um Diálogo sobre Angola*.

Ao arripio das políticas económicas de Salazar, que tinha das “províncias ultramarinas” a perspectiva extractivista clássica do colonialismo, Vinhas investia na criação de infra-estruturas e modelos de produção locais. Acreditava ser o caminho para a auto-determinação de que era defensor e que estava por detrás da mundivisão espelhada no seu livro.

Censurado como gesto subversivo de apoio directo a movimentos como a UPA (União dos Povos de Angola), de Holden Roberto, e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), de Agostinho Neto, o ideário inscrito nas apenas 46 páginas dessa pequena obra levaria o regime a conotar Vinhas com as causas do Partido Comunista Português. Seria por isso interrogado, ficando sob vigilância directa de Agostinho Barbieri Cardoso, um dos mais temidos nomes da PIDE/DGS (Policia Internacional de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança), de que era sub-director-geral.

À época, Barbieri ameaçou Vinhas com a retirada do passaporte, a interdição de re-



gresso a Angola e a prisão, caso continuasse a bater-se por ideais independentistas. Seria assim com perplexidade que, uma década volvida, o industrial receberia a notícia da associação entre o seu nome e o do então fundador do Exército de Libertação de Portugal, a organização de extrema-direita que Barbieri criou a partir de Espanha e que assumiu como missão primeira a luta contra grupos armados da esquerda revolucionária como a LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária) e o próprio Copcon.

Limites

Vinhas não vivia, claro, à margem do regime. Pelo contrário. A mulher, Maria Alice Carneiro Bustorff Silva, conhecida como Concha, era filha de um dos amigos próximos de Salazar – o advogado António Júdice Bustorff Silva,

Mancha vermelha

Em cima, retrato de Manuel Vinhas de Júlio Pomar, um dos artistas mais representados na colecção do empresário que, entre outros negócios, controlava a Sociedade Central de Cervejas (em cima, ao centro, a fábrica da cervejeira inaugurada na Vialonga, em 1968). A mancha vermelha no rosto e peito do retratado intrigaram o empresário. Em cima, à direita, Vinhas no início da década de 1970. Ao lado, Manuel Vinhas (de mão no bolso, no meio), com Jorge Barradas (à esq.), Júlio Pomar e Azeredo de Perdigão (à dir.), em 1966

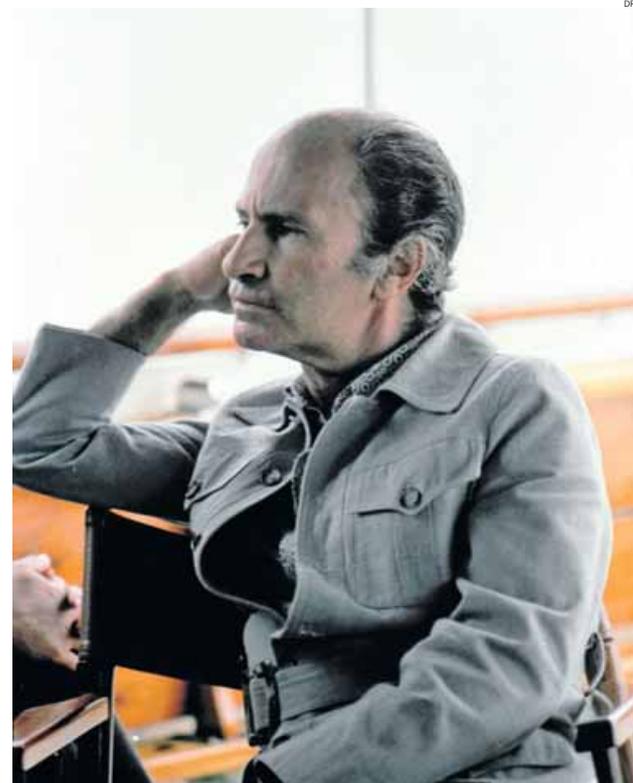


um dos grandes defensores do Estado Novo. O próprio Vinhas dava-se com Spínola, que conhecera na Guiné e a quem, dias depois da Revolução, escrevera um telegrama que acabaria, mais tarde, por chegar à imprensa: “A grande maioria por enquanto silenciosa espera da indiscutível coragem de Vossa Excelência a firmeza da manutenção dos princípios que permitirão um Portugal democrático e a construção de uma África Nova.”

Ao contrário do que se deu a entender, estas palavras não constituíam prova de ligação à organização da manifestação do 28 de Setembro com que a direita visaria, meses depois, reforçar a precária posição do general, a vacilar na presidência da Junta de Salvação Nacional face ao avanço do PREC (Processo Revolucionário em Curso). A própria manifestação não chegaria, aliás, a acontecer – de véspera, seria interdita pelo MFA (Movimento das Forças Armadas). Em vez de “intentona”, a direita chamar-lhe-ia por isso “inventona”, aludindo ao facto de ter acabado por servir apenas de pretexto ao lançamento da operação que, por aqueles dias, levaria à prisão de cerca de 300 personalidades, entre empresários, banqueiros, militares e ex-agentes da PIDE e da Legião Portuguesa, a milícia da ditadura, criada em 1936 com o objectivo de “defender o património espiritual da Nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo”.

Vinhas poderia até não estar ligado a estas organizações. Mas era rico, estava ligado à banca e controlava ferramentas privilegiadas de geração de riqueza. Aos escritórios da Almirante Reis o telefonema chegou durante a tarde de 27.

Era sexta-feira. Foi o filho mais velho, Francisco, que recebeu o aviso e correu para o Estoril. Apesar de céptico, Vinhas acabou por se deixar convencer a sair de casa. Queria ir de carro até um hotel. Foi demovido. Convenceram-no a sair a pé para evitar as barreiras que eram erguidas pelas ruas à medida que os co-



municados do MFA circulavam urgindo a população civil à vigilância sobre as movimentações da “reação”.

Naquela primeira noite, acabaria por dormir em casa de vizinhos – húngaros refugiados em Portugal no pós-guerra. Os homens da brigada destacada para o prender chegaram de madrugada, questionaram os filhos, revistaram a casa, confiscaram espingardas de caça e beberam vinho. Na madrugada seguinte repetiram, sem o chegar a encontrar. Cinco dias volvidos, a 3 de Outubro, Vinhas passou pela Sociedade Central de Cervejas e mandou queimar documentação. Depois, seguiu com o motorista para o aeroporto. O mandato de captura em seu nome não chegou à Portela – deixaram-no embarcar. Apanhou um voo para Madrid levando 30 contos em notas, o que ultrapassava o limite legal de exportação de divisas.

Trinta contos seriam hoje cinco mil euros.

O limite máximo para saída de divisas estava nos 25 contos – quatro mil euros. Ficara estabelecido menos de uma semana após a Revolução fazendo com que, nas alfândegas, o controle de bagagens e passageiros tivesse sido desde logo redobrado.

Segundo anunciado a 30 de Abril pela Junta de Salvação Nacional, quem fosse apanhado a tentar sair com valores acima do permitido incorreria numa pena de prisão de dois a oito anos. Paralelamente, as contas à ordem ganharam também um limite de levantamento: 10 contos (1700 euros) por semana.

Por decreto, pedras preciosas ou antiguidades confiscadas nas fronteiras seriam dadas como perdidas a favor do Estado.

Como princípio genérico, qualquer obra de pintura, escultura, ourivesaria, faiança, azulejaria, mobiliário, numismática ou outra com mais de cem anos seria considerada antigui-

CORTESIA FUNDAÇÃO JÚLIO POMAR

“

Fazem-me falta os livros que li e encadernei; são frias as paredes sem os quadros que amorosamente comprei. Que não sejam destruídos; que possam ser úteis e amados por outros

*Manuel Vinhas,
26 de Abril, 1975*

dade. Isto independentemente do seu efectivo valor patrimonial – que podia ser nenhum. E independentemente também de obras com menos de um século poderem ser mais valiosas e culturalmente relevantes.

Sem formação específica ou ferramentas concretas para destrinçar o relevante do irrelevante, os funcionários não sabiam o que fazer nas alfândegas.

Dependendo do zelo e diligência de cada funcionário, face ao fluxo crescente de bens que tentavam sair por vias legais, as bagagens podiam acumular-se em espera ou passar sem real escrutínio.

O próprio Vinhas escreveria: “É uma regra geral: nunca saem tantos capitais de um país como quando os governos tomam medidas para o impedir.”

Assim seria.

Cicatrizes

Por aqueles dias, os jornais espanhóis davam conta de um número significativo de banqueiros portugueses a chegar à capital. Num telex da embaixada americana de Madrid para Washington citavam-se os nomes de duas famílias com as quais o cônsul estaria a contactar pela primeira vez: os “Espírito Santo” e os “Champolimaud”.

Na sequência quase imediata da Revolução, o industrial e banqueiro António Champolimaud, dono da sétima maior fortuna da Europa, antecipara-se e levava para Londres a parte da colecção de arte que tinha em Portugal, fazendo substituir nas paredes de casa os originais por cópias. Foi célebre o seu caso, a par com o de Jorge de Brito, o criador da Brisa, que, já preso, conseguiu fazer seguir para Espanha algumas das mais relevantes obras das cerca de três mil que a sua colecção teria à época – eram dois camiões com pratos e mobiliário antigo, 25 quadros de Vieira da Silva, três Magritte, pelo menos um Modiglia- ➔

ni, vários serviços Companhia das Índias, um Vista Alegre...

Ainda desconcertado, Vinhas, por seu lado, tentava estabelecer o seu rumo.

Na entrada do seu livro datada de 20 de Dezembro escreveria: “Tinha resolvido regressar a Portugal [...] estava disposto a ser encarcerado por algum tempo a fim de que tudo se esclarecesse à luz da justiça que ainda me parecia existir. Pessoa bem informada [...] pede que não o faça.”

Três dias depois, a 23, véspera de Natal, ficava também afastada a hipótese de Angola. Decidiu que “não voltaria àquela terra enquanto fosse governada por quem obviamente lhe queria destruir as estruturas” – referia-se a Rosa Coutinho, o último governador-geral do território, encarregue da transição para a independência; odiado até hoje pelos colonos portugueses, naquele momento, o “Almirante Vermelho” começara já a sua “obra de devastação”.

Vinhas, que a dada altura pedira para ser enterrado em Angola e tinha planeado celebrar em Luanda o 12 de Novembro de 1975 – o primeiro dia da nova República Popular –, escreveria: “Nunca suportei ver cicatrizes na cara das pessoas que amo.”

E foi então que o conforto começou a ceder. Em Paris, numa entrada de Janeiro de 1975 que deixou por datar, escreveria: “Começo a ter sérias dificuldades para me manter, multiplicam-se as medidas que o Governo português toma no sentido de evitar a saída de divisas. [...] São crescentes também os problemas da família em Portugal, com todos os negócios a correr mal ao mesmo tempo.”

Ainda naquele Janeiro, viajaria para o Rio. Sem resolução definitiva quanto à fixação no Brasil, deixaria passar três meses até, em Abril, desembarcar na Baía ao encontro do seu amigo Vinicius de Moraes e começar a deambular pelas areias de Itapua.

Chegaria por essa altura a notícia da ocupação das fábricas de cerveja de Lisboa, dando vez, mais tarde, em Agosto, à nacionalização. Mas, aí, o desprendimento começara a instalar-se.

“Acomodado que estou à ideia de no momento actual considerar o valor dos bens que possuía em Portugal como igual a zero, tomo conhecimento de que o Governo português resolveu nacionalizar a indústria de cerveja e penso: aí está uma notícia que deve aborrecer o Manuel Vinhas.”)

Exílio dourado

Naquela fase, o humor passou a ser recorrente: “Não sei onde li a graciosa mas impressionante sentença de que a grande diferença entre o capitalismo e o comunismo é que o primeiro é a exploração do homem pelo homem e o segundo é exactamente o contrário”, escreveria a 15 de Agosto. Completando: “Na mesma ordem de ideias, recordei que um dirigente comunista húngaro afirmou que a construção do socialismo consiste na tentativa de resolução de problemas insolúveis que nunca teriam existido se não se tivesse querido construir o socialismo.”

Estava em causa a ideia de uma sociedade horizontal, sem escalões. Sobre isso, Vinhas tinha um contributo pessoal: o espanto que lhe causara no pavilhão soviético da Feira Internacional de Bruxelas a maqueta de um avião para três classes de passageiros: “Em Moscovo, como em Paris e Londres, só os privilegiados continuavam a comer caviar.”

Era o seu próprio caso – o caso daquele que ele próprio reconhecia ser um “exílio

dourado”, em constante circulação pelo mundo. Caçadas na província espanhola, noites de bailado em Paris, exposições em Madrid, reuniões de trabalho no Rio e São Paulo. Mesmo à “pequena casa” de Itapua, onde dizia “faltar tudo ou quase”, não faltou, afinal, para a inauguração, com a família, “uma garrafa de champanhe nem rosas vermelhas”.

“Manuel Vinhas de balde tentará convencer-nos ou tolher-nos de angústia com as agruras, tão-só morais, do seu exílio”, desmonta Luiz Pacheco no posfácio de *Profissão Exilado*. “Vinhas girava numa órbita demasiado superior, quer a nível nacional quer internacionalmente, para que, na hora da desventura e da perseguição, lhe falhassem amigos e apoios.”

Apoios, sem dúvida. Vinhas movimentava-se por entre várias casas da monarquia europeia e geria contactos políticos chave. Foram-lhe até oferecidas novas nacionalidades. Era também ainda recente a memória da festa que em 1968 fizera nos 1700 hectares sobre o estuário do Sado da sua Herdade do Zambujal, a festa das festas do mês louco de Setembro daquele ano em Portugal. Audrey Hepburn, Douglas Fairbanks, Capucine, Ira de Furstenberg, Ratna Sari Dewi e Dominguin, o toureiro espanhol, a saltar para a arena com duas vacas.

Os amigos das artes eram outro tema.

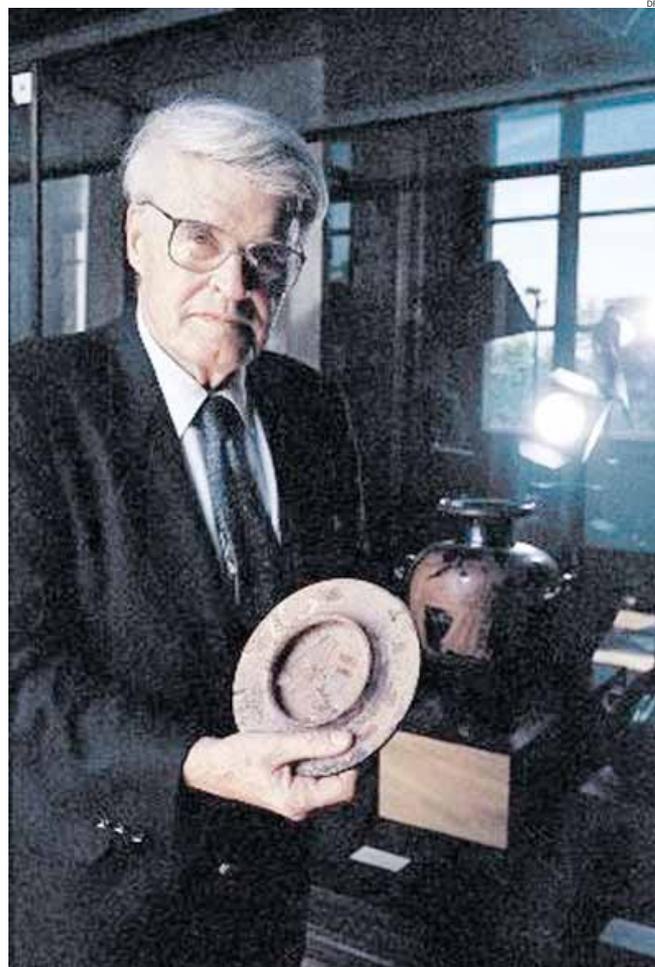
Luiz Pacheco seria um dos fiéis. Ao longo de toda uma década, Vinhas pagara-lhe a renda de casa e dera-lhe uma bolsa mensal em livros. Oferecera-lhe também a máquina de escrever – “a charrua” –, que punha no prego quando o dinheiro para a bebida acabava.

Pacheco era presença habitual na vida de Vinhas. Tal como o filósofo Agostinho da Silva, a quem as crianças tinham autorização para fazer três perguntas a cada jantar lá em casa. No atelier de Almada Negreiros, eram também por vezes as crianças a escolher telas. Aos lotes, quando era pedida ajuda. E havia as centenas de artistas que todas as terças-feiras eram recebidos no escritório e faziam filas corredor fora, muitos deles jovens, em início de carreira.

Vinhas era um colecionador de paixão – não se coibia de cruzar a obra de desconhecidos com a pintura internacional dos séculos XVII e XVIII que também tinha. “De há muito me habituei a reconhecer como garantia da pureza dos grandes artistas a coragem com que abandonam o conseguido, o consagrado, evitando assim a repetição, a perda de frescura e a caída no virtuosismo”, escreveria.

Josefa d’Óbidos, Sequeira, Columbano, Tomás da Anunciação, Silva Porto, Pousão, Portinari, Vieira da Silva, Poliakoff, Walls, Malta, Viana, Fernando Azevedo, Maluda, Alice Jorge, Cruzeiro Seixas, Nery, Guimarães, Palolo, Skapinakis, Perez, Vespeira, Bual, Gracinda Candeias, Hogan, Cargaleiro, Malangatana. Encontrando-o um dia doente, Paula Rego pintara Vinhas à maneira dos antigos *ex-votos*, para lhe oferecer. Júlio Pomar, um dos artistas mais representados na colecção, a par com Almada, também haveria de desenhar Vinhas muitas vezes durante o processo para a realização de um retrato.

Em Junho de 1975, o industrial visitaria ainda Pomar, como tantas outras vezes, no atelier de Paris. Na entrada do seu livro de exílio relativa a essa visita, escreveria retrospectivamente sobre o que mais o impressionara no seu retrato “de excelente qualidade”. Sobre o lado esquerdo do peito, na pintura, Vinhas surge com uma intensa mancha vermelha – uma presença vibrante, como uma



língua sanguínea em contraste com os tons sóbrios de castanho, branco e azul-marinho do fato e camisa com que ficou fixado. O industrial terá insistido para que o artista lhe explicasse o motivo daquela nota dissonante – Pomar não terá encontrado razão. Conseguiu explicar apenas que a mancha se impusera em todas as fases de trabalho. A *posteriori*, Vinhas pensaria numa anúncio,

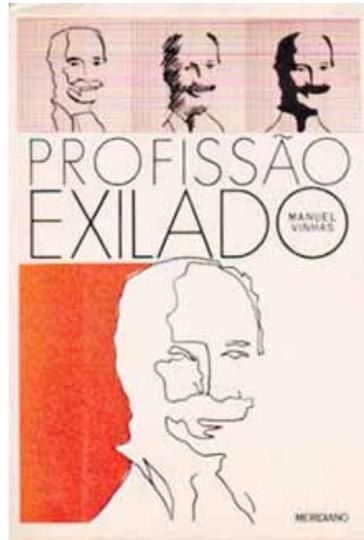
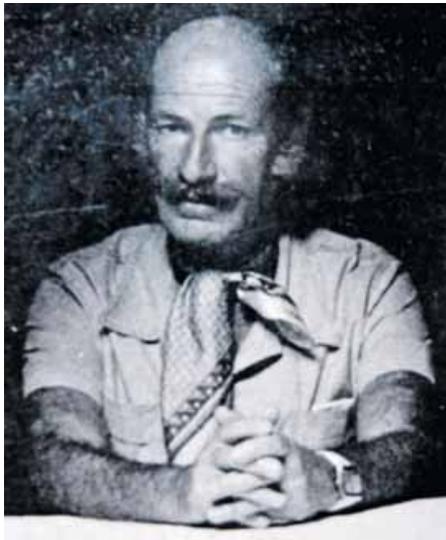
um aviso presciente sobre a operação ao coração a que seria sujeito tempos depois.

Mas, aquando da visita ao atelier de Paris, Vinhas estava perto de reunir, por fim, a família em Itapua. Os filhos mais velhos, Margarida e Francisco, foram os primeiros a chegar. Arrancava Setembro. Ao longo daquele mês continuariam a chegar, de Portugal e Angola, uns de avião outros de barco.



Das festas ao exílio

Em cima, à esquerda, o curador de Arte Grega e Romana do Metropolitan Museum de Nova Iorque, Dietrich von Bothmer, que restaurou a *Hídria de Lisboa*, que pertenceu à coleção do mercador britânico Sir Francis Cook (em cima, à direita). Em cima, a actriz Audrey Hepburn, uma das muitas estrelas de fama mundial que passaram pela Herdade do Zambujal (à esq.) nos anos 1960. Um ano antes de morrer, em 25 de Julho de 1977, Manuel Vinhas publicou *Profissão Exilado*, livro de tom intimista e estrutura diarística



Contando com os netos, no fim seriam 12.

No Estoril, antes de partir, a mulher, Concha, tratou do aluguer da casa a um grupo de retornados angolanos que acabariam por ocupar a propriedade por alguns anos. A intenção inicial era deixar à guarda a casa inteira, tal como estava, com todo o recheio. A contragosto, considerando-o de mau tom, Concha foi convencida a retirar e guardar loiças nobres, mobiliá-

rio antigo e obras de arte. Tudo apenas fechado num sótão sobre a garagem e com a chave à guarda de um motorista.

Nessa altura, o “vaso etrusco”, juntamente com um núcleo de obras especificamente pedidas por Vinhas, já tinha sido encaixotado e seguido para o Brasil por mar.

Em terracota, decorada com figuras negras e datada do último quartel do século VI a.

C., a peça conhecida como “*Hídria de Lisboa*” fizera parte de um conjunto de uma dezena de vasos gregos da coleção de Sir Francis Cook, o mercador e coleccionador britânico que D. Luís I faria 1.º visconde de Monserrate. Fora na segunda metade do século XIX. Em 1959, a hídria já estava na posse de Vinhas, que, nesse ano, convidou a Portugal o então curador de Arte Grega e Romana do

Metropolitan Museum de Nova Iorque, Dietrich von Bothmer.

Representando, no bojo, o momento do ciclo troiano em que Aquiles mata Troilo e com elementos plásticos típicos dos vasos oferecidos aos vencedores de provas desportivas, em vários momentos da sua longa vida, até chegar a Vinhas, a hídria passara por uma série de restaurações, nem todos especialmente felizes. Von Brothmer teve oportunidade de a limpar, eliminando camadas e recuperando a pintura original.

A *Hídria de Lisboa* terá seguido para o Brasil na mesma altura em que a rara e valiosa coleção de cem pratos brasonados Companhia das Índias dos séculos XVII e XVIII da Herdade do Zambujal.

Com a propriedade prestes a ser ocupada, a coleção foi rapidamente retirada dos escaparates forrados a veludo e substituída por loiça azul e branca comum.

Vinhas ficaria exilado por apenas dois anos. Morreria a 25 de Julho de 1977, na sequência de uma intervenção cirúrgica. No dia seguinte, teria feito 57 anos.

Cerca de um mês depois, quando o seu corpo chegou a Lisboa, para ser sepultado nos Prazeres, os funcionários da Sociedade Central de Cervejas desfilaram pela cidade com as carrinhas de distribuição de refrigerantes, águas e cerveja para se despedirem do antigo accionista. Depois dele, voltaria a parte da coleção de arte que o acompanhara em Itapua. Incluindo o retrato de Almada, a hídria e os cem pratos brasonados, todos intactos, de regresso, juntando-se às obras que tinham ficado em Portugal.

Na ausência de uma inventariação prévia, poderá não vir já a apurar-se a totalidade das peças da coleção original vendidas naqueles anos. No seu livro, para além da alusão ao serviço de loiça do Estoril, Vinhas menciona ainda a dificuldade de recebimento dos fundos conseguidos com a venda de um quadro, mas não identifica a obra. Face à inexistência de um estudo sobre o conjunto remanescente, não é de conhecimento público, também, quais as obras ainda na posse da família. Segundo os registos da Fundação Júlio Pomar, a coleção integraria pelo menos sete obras de relevo deste artista, datadas de início da década de 1950 a finais dos anos 1960. Entre elas, estariam um importante *Estudo para o Ciclo do Arroz*, conhecido como *Ciclo do Arroz*, de 1953; *Chimpanzé e Tenta*, ambas de 1962; *The Beatles*, de 1965; uma vista imaginária de Lisboa, feita a partir de Paris e que o próprio Vinhas baptizou: *Saudade de Lisboa* (1968); e, por fim, um *Maio de 68* e um *Banho Turco* (*segundo Ingres*), ambos datados de 1969.

Repartidas pelos filhos, estas obras, tal como o remanescente da coleção, estão até hoje em disputa de partilhas.

No próximo domingo “O desaparecimento da Virgem gótica”

Para além das palavras de Manuel Vinhas em *Profissão Exilado*, este artigo parte de conversas com membros da família e fontes próximas. O livro *O Ataque aos Milionários*, de Pedro Jorge Castro, esteve entre as mais importantes fontes documentais para a contextualização da época, para além da consulta directa de periódicos

Vanessa Rato é jornalista e investigadora em arte e cultura do CHAM — Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa

P2

Público

O caso da Colecção Vinhas
– travessia para o Brasil
e regresso P8 a 13

Pedro Norton
“É imoral aquilo que
estamos a projectar deixar
para os nossos netos” P18 a 23



STEPHANIE LECOCQ/EPH

Michel Barnier

O diplomata com nervos de aço outra vez
no caminho do “Brexit” P4 a 7